

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE A TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

Gustavo Biscaia de Lacerda
(Organizador)



Gustavo Biscaia de Lacerda
(Organizador)

As Políticas Públicas frente a Transformação da Sociedade

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P769	As políticas públicas frente a transformação da sociedade [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Biscaia de Lacerda. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-528-0 DOI 10.22533/at.ed.280190907 1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas públicas – Brasil. 3. Sociedade. I. Lacerda, Gustavo Biscaia de. CDD 320.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

“A sociedade em transformação”: à primeira vista, essa frase pode parecer uma redundância, na medida em que, por definição, todas as sociedades estão sempre mudando, seja por meio da sucessão das gerações, seja por meio de inovações (intencionais ou não, grandes ou pequenas), seja por meio de mudanças ambientais. Nesse sentido, há 25 séculos, Aristóteles formalizava a concepção grega de que, em contraposição à orbe celeste – imutável, perfeita e incorruptível –, o mundo sublunar caracteriza-se pela corruptibilidade e pelas constantes mudanças.

Ora, o sentido específico da presente afirmação da “transformação da sociedade” consiste nos fatos de que as sociedades contemporâneas vivem as mudanças conscientemente; de que as mudanças sucedem-se com grande rapidez e de que – e isto é o mais importante para nós – desejamos ativamente as mudanças. É na busca ativa das mudanças sociais que as políticas públicas assumem um caráter especial, na medida em que é graças à ação coordenada do Estado com e sobre a sociedade que se pode implementar, de maneira razoavelmente racional, planejada e sujeita ao permanente escrutínio público, todo um conjunto de medidas que visam a melhorar o bem-estar social, bem como o equilíbrio ambiental.

Nesses termos, o presente livro reúne 31 artigos que abordam de diferentes maneiras seja a organização do Estado com vistas à execução de políticas públicas, sejam aspectos de variadas políticas públicas específicas, sejam problemas relacionados à atuação de agentes jurídicos com vistas à imposição de políticas públicas.

Espelhando a variedade de temas, os autores dessa trintena de artigos têm as mais variadas formações acadêmicas e políticas, que vão desde a Sociologia até a Medicina, desde a Fisioterapia até a Gestão de Políticas Públicas, desde o Serviço Social até o Direito, sem deixar de lado as modalidades de interdisciplinaridade que consistem em ter uma formação inicial em uma área e realizar pesquisas pós-graduadas em outras áreas. Igualmente, a titulação desses pesquisadores é variada, passando por estudantes de graduação e chegando a doutores e a pesquisadores com pesquisas pós-doutorais.

De qualquer maneira, acima dessa variedade temática, disciplinar e profissional – que, em todo caso, apenas realça a qualidade do presente livro –, está o fato de que os autores evidenciam todos o compromisso intelectual e também político com o aperfeiçoamento das instituições públicas que visam ao bem-estar social, em suas mais diversas manifestações. Ler os artigos seguintes é aprender a diversidade de possibilidades de realizar a “transformação social” – e, bem entendido, de realizar essa transformação para melhor.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A AUTONOMIA FINANCEIRA CONDICIONADA DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA	
Bruna Lietz	
DOI 10.22533/at.ed.2801909071	
CAPÍTULO 2	13
ATORES, INSTITUIÇÕES E O DESENHO ORIGINAL DO REGIME DE BEM-ESTAR BRASILEIRO	
Oleg Abramov	
DOI 10.22533/at.ed.2801909072	
CAPÍTULO 3	31
O DESAFIO DA LAICIDADE DIANTE DO FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO NUMA SOCIEDADE MULTICULTURAL E PLURALISTA: PERSPECTIVAS, INTERLOCUÇÕES E DIÁLOGOS	
Celso Gabatz	
DOI 10.22533/at.ed.2801909073	
CAPÍTULO 4	43
MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E HERMENÊUTICA DIATÓPICA: DIREITOS HUMANOS NA SOCIEDADE GLOBAL EM REDE	
Guilherme Pittaluga Hoffmeister	
Karen Emilia Antoniazzi Wolf	
DOI 10.22533/at.ed.2801909074	
CAPÍTULO 5	55
AS INOVAÇÕES TRAZIDAS ATRAVÉS DO ACORDO TRIPS EM RELAÇÃO ÀS PATENTES DE MEDICAMENTOS E O ÓBICE AO ACESSO A FÁRMACOS	
Daiana Cristina Cardoso Pinheiro Machado	
Tamara Lemos Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.2801909075	
CAPÍTULO 6	66
GEIROSC - GRUPO DE ESTUDOS SOBRE IMIGRAÇÕES PARA A REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA : APOIO E ATENDIMENTO AO IMIGRANTE	
Sandra de Avila Farias Bordignon	
Deisemara Turatti Langoski	
DOI 10.22533/at.ed.2801909076	
CAPÍTULO 7	81
A CENTRALIDADE DO TRABALHO E O JOVEM “NEM-NEM”	
Roseli Bregantin Barbosa	
Maria Tarcisa Silva Bega	
DOI 10.22533/at.ed.2801909077	
CAPÍTULO 8	91
A ESCRAVIDÃO NO SÉCULO XXI E SEUS REFLEXOS SOBRE A SOCIEDADE E OS MEIOS DE PRODUÇÃO: BRASIL, EUA E CUBA	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Fábio Augusto de Cristo Batista	
DOI 10.22533/at.ed.2801909078	

CAPÍTULO 9	113
O NOVO CENÁRIO SINDICAL E AS GARANTIAS DE DIREITOS DOS TRABALHADORES	
Nathália Gonçalves Zapparoli	
DOI 10.22533/at.ed.2801909079	
CAPÍTULO 10	126
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E OS IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (2016)	
Talismara Guilherme Molina	
Hélio Alexandre da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28019090710	
CAPÍTULO 11	138
POLÍTICA PÚBLICA NA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF): CONSIDERANDO A DISTRIBUIÇÃO DE RECURSO DO POSTO DE ATENDIMENTO DA CRESOL DE LAURO MÜLLER (SC)	
Edivaldo Lubavem Pereira	
Eduardo Gonzaga Bett	
Walquiria Guedert Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.28019090711	
CAPÍTULO 12	155
AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL	
Cássius Dunck Dalosto	
João Augusto Dunck Dalosto	
Celso Lucas Fernandes Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.28019090712	
CAPÍTULO 13	167
POLÍTICA HABITACIONAL E O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA NA CIDADE DE TERESINA-PI E SUAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS	
Erick Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28019090713	
CAPÍTULO 14	179
O PROGRAMA ESCOLA E MUSEU COMO UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CULTURAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (SME/RJ)	
Priscila Matos Resinentti	
Cristina Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.28019090714	
CAPÍTULO 15	190
A DESIGUALDADE DE GÊNERO QUE REFLETE NO ENCARCERAMENTO FEMININO BRASILEIRO	
Josiane Pantoja Ferreira	
Maria Helena de Paula Frota	
DOI 10.22533/at.ed.28019090715	
CAPÍTULO 16	200
ATUAÇÃO DAS MULHERES EM CARGO DE LIDERANÇA EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO	
Priscila Terezinha Aparecida Machado	
DOI 10.22533/at.ed.28019090716	

CAPÍTULO 17	220
AZUL OU ROSA NÃO ME DEFINEM: UMA ANÁLISE DO ACESSO A EDUCAÇÃO SEGUNDO A IDENTIDADE DE GÊNERO	
Gabriel Andrades dos Santos João Felipe Lehmen	
DOI 10.22533/at.ed.28019090717	
CAPÍTULO 18	232
O DESRESPEITO À INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DOS ANIMAIS E SUAS POSSÍVEIS RELAÇÕES COM OUTRAS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DE VIOLÊNCIA HUMANA: UM OLHAR SOB O FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA PROTETIVA DOS ANIMAIS	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes	
DOI 10.22533/at.ed.28019090718	
CAPÍTULO 19	263
POLÍTICAS PÚBLICAS PROTETIVAS DA INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DOS ANIMAIS NÃO HUMANOS: UMA REFLEXÃO NO ÂMBITO MUNICIPAL	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes	
DOI 10.22533/at.ed.28019090719	
CAPÍTULO 20	287
TRANSFORMAÇÕES NOS HÁBITOS DE CONSUMO DA JUVENTUDE RURAL: ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS	
Silvana de Matos Bandeira Éder Jardel da Silva Dutra	
DOI 10.22533/at.ed.28019090729	
CAPÍTULO 21	300
AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS USUÁRIOS DE ALCOOL E DROGAS DO MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA	
Cibele Araújo da Silva Ramona Marcelle dos Santos Lavouras Vanessa Cristina dos Santos Saraiva	
DOI 10.22533/at.ed.28019090721	
CAPÍTULO 22	311
HUMANIZAÇÃO NOS PRESÍDIOS: ESTUDO SOBRE GESTÃO SOLIDÁRIA	
João Luiz Mendonça dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.28019090722	
CAPÍTULO 23	322
DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO E PROCESSO ADMINISTRATIVO: UMA PREMISSE DO <i>FREEDOM OF INFORMATION ACT</i> (FOIA) NORTE-AMERICANO	
Andressa Sloniec Gerson De Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.28019090723	

CAPÍTULO 24	335
A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL E SUA COMPLEXIDADE: UM ESTUDO DA INCORPORAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NAS EMPRESAS E DA PERCEPÇÃO TÉCNICA JURÍDICO-AMBIENTAL NO BRASIL	
Marco Antônio Pontes Aires Isabel Christine Silva De Gregori	
DOI 10.22533/at.ed.28019090724	
CAPÍTULO 25	349
EFETIVAÇÃO DO CONHECIMENTO ACERCA DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS DO SUS	
Davi Alves Moura Erivalda Maria Ferreira Lopes Francisca Adelanía Paulino da Silva Lisley Medeiros Garcia Rosa Camila Gomes Paiva Sandra Fernandes Pereira de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.28019090725	
CAPÍTULO 26	353
A EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE NOS CRIMES DE SONEGAÇÃO FISCAL: UMA ABORDAGEM GARANTISTA	
Alessandra Knoll Luiz Henrique Urquhart Cademartori	
DOI 10.22533/at.ed.28019090726	
CAPÍTULO 27	365
A METÁFORA DA CAÇA ÀS BRUXAS E SUAS REPRESENTAÇÕES: UMA ANÁLISE DA MEDIDA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA EXPOSIÇÃO DO DISCURSO JURÍDICO	
Bianca Larissa Soares de Jesus Roso Priscila Cardoso Werner	
DOI 10.22533/at.ed.28019090727	
CAPÍTULO 28	380
UMA VISÃO PARTICIPATIVA NA ABORDAGEM DAS DEMANDAS SOCIAIS NOS CURSOS JURÍDICOS COMO CONDIÇÃO ESSENCIAL DE CIDADANIA	
Rosane Beatris Mariano da Rocha Barcellos Terra Maria Paula da Rosa Ferreira Thomaz Delgado de David João Antônio de Menezes Perobelli Rafaela Bogado Melchioris Gabriel Dewes Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.28019090728	
CAPÍTULO 29	392
A AUDIÊNCIA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E A EXPERIÊNCIA “O MP VAI ÀS RUAS”, DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA, EM 2010	
Alex Sandro Teixeira da Cruz André Garcia Alves Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.28019090729	

CAPÍTULO 30	403
O MEDIADOR COMO MEIO MATERIALIZADOR DO EXERCÍCIO DE CIDADANIA E DE HUMANIZAÇÃO DO PROCESSO	
Carolina Portella Pellegrini	
Carolina Mota de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.28019090730	
CAPÍTULO 31	418
NOVAS MÍDIAS, DEMOCRACIA E CIDADANIA: O EMBATE MODERNO DAS NOVAS FORMAS DE COMUNICAÇÃO NO AUXÍLIO DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA VS O POSSÍVEL DISTANCIAMENTO DA VIDA PÚBLICA	
Eduardo da Silva Fagundes	
Luiz Henrique Silveira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.28019090731	
SOBRE O ORGANIZADOR	432
ÍNDICE REMISSIVO	433

HUMANIZAÇÃO NOS PRESÍDIOS: ESTUDO SOBRE GESTÃO SOLIDÁRIA

João Luiz Mendonça dos Santos

Centro Universitário Augusto Motta, Rio De Janeiro

RESUMO: O sistema prisional tem como propósito criar oportunidades para a humanização das pessoas privadas de liberdade. Entretanto, o alcance deste desiderato é dificilmente alcançável, sobretudo em presídios como Bangu V, no Rio de Janeiro, destinado à facção do comando vermelho. O objetivo deste estudo consiste em analisar e interpretar o discurso e as práticas da doutora Maria de Lourdes Figueira Duarte, relacionadas à melhoria das condições de vida e convivência no presídio Bangu V. Na etnografia do cotidiano do presídio e, sobretudo, na análise de conteúdo das entrevistas, constata-se que as ideias da gestora e as práticas que ela conduz se aproximam do programa de felicidade interna bruta, apoiado pelo PNUD e implantado no reino do Butão. Os principais resultados do estudo, com proposta de intervenção, estão sintetizados em um livro com análise e interpretação dos dados, um caderno de orientação para o gestor prisional e um software com informações sobre o trabalho realizado em Bangu V.

PALAVRAS-CHAVE: Humanização. Meio Ambiente. Educação.

HUMANIZATION IN THE PRISONS: STUDY ON MANAGEMENT SOLIDARIA

ABSTRACT: The proposals of the prison system are to create opportunities for humanizing of people deprived of freedom. Nevertheless, this proposal is hard do achieve, specially in institutions like Bangu V, occupied by members of red command. The goal of this study is to analyze and interpret the discourse and practices of Maria de Lourdes Figueira Duarte, manager of the prison named Bangu V. In every day ethnography and in the analysis of content of interviews and practices, it has been verified that the main ideas and practices of Maria de Lourdes are very close to the program of gross internal happiness supported by PNUD and now operating in the kingdom of Butan. The main results of the study, in what concerns intervention, are a book, about prisional managing, with analysis and interpretation of the data, a handbook with usefull ideas for the manager and a software with information about the work done at Bangu V. The main results of the study, in what concerns intervention, are a book, about prisional managing, with analysis and interpretation of the data, a handbook with usefull ideas for the manager and a software with information about the work done at Bangu V.

KEYWORDS: Humanization. Environment. Education.

1 | INTRODUÇÃO

Ao analisar o momento no qual vive a sociedade brasileira na busca pela preservação dos direitos sociais e a influência deste nas políticas relativas aos direitos humanos e ao meio ambiente surgiu o tópico deste estudo.

A presente proposta de pesquisa foi idealizada a partir das entrevistas de profundidade, realizadas com a diretora de unidade prisional aposentada, Maria de Lourdes Figueira Duarte, em 13 de abril e 26 de maio de 2017. A entrevistada discorreu sobre seu trabalho na unidade prisional Elizabeth Sá Rego, Bangu V. Respondendo a um grupo de mestrandos, a doutora Maria de Lourdes (doravante Malu), discorreu sobre sua trajetória e iniciativas no sistema prisional e sobre o trabalho realizado pelos apenados nas atividades diárias dentro daquela unidade, como criação de hortas, cultivo de flores e plantas frutíferas, plantas medicinais e criação de animais.

Ao descrever as palavras de Malu, foi possível observar o caráter humanizador dos seus atos como gestora da unidade prisional, e originando o tema humanização nos presídios: estudo sobre gestão solidária, onde a presenciamos a participação dos internos, funcionários, familiares e outros órgãos públicos.

Espera-se com o desenvolvimento do estudo poder fornecer informações capazes de melhorar a qualidade de vida das populações carcerárias, no tocante a implementação de práticas ambientais, em cumprimento dos direitos constitucionais adquiridos pela carta magna.

Os princípios da felicidade interna bruta, auxiliado a um processo de gestão alicerçado no respeito, disciplina e trabalho, foi capaz de modificar o meio ambiente, visando a reinserção do apenado ao convívio social.

Analisando os procedimentos diários de uma unidade prisional, podemos observar que o trabalho é capaz de modificar a conduta do interno colaborando com a disciplina diária e o respeito, a preocupação com o desenvolvimento humano por meio da educação, atendimento médico-odontológico, melhoria do espaço físico, e a religiosidade, promovem uma integração maior entre a população carcerária, os inspetores e familiares, onde em outras unidades foi possível observar que as medidas tomadas não obtiveram o mesmo resultado, como o observado na unidade prisional Bangu V.

O processo humanizador precisa alcançar toda a coletividade e não parte dela, pois algumas unidades consideradas industriais, os internos que tinham atividade laboral, demonstravam um comportamento mais sociável, em detrimento dos que não possuíam atividade laboral, era notório, sendo necessário criar atividades que ocupassem o tempo livre e fossem capazes de diminuir a ociosidade durante o período que estivesse privado da sua liberdade.

1.1 Objetivo geral

Objetivo geral é identificar, analisar e interpretar, o discurso e a prática de Malu, que se relacionam a seus propósitos de melhorar a qualidade de vida da população carcerária.

1.2 Objetivos específicos

Analisar o modo como Malu, humanizou o presídio Bangu V, por meio do trabalho, conjunto da educação e da transformação do ambiente.

Apresentar um relato da observação participante sobre as práticas de Malu, como gestora, do início ao fim da sua gestão em Bangu V, de outubro de 2005 a março 2009;

2 | PRESSUPOSTOS TEÓRICO – METODOLÓGICOS

2.1 Métodos de coleta e análise dos dados

As informações foram coletadas por meio de entrevista e material impresso fornecido pela informante. A análise dos dados permite entender o processo de gestão aplicado na unidade e como o trabalho realizado conseguiu ganhar reconhecimento pela mudança na estrutura do presídio e no comportamento dos detentos.

A análise do discurso da Maria de Lourdes denota o amor envolvido na elaboração do projeto e em sua aplicação, no processo de humanização e transformação de Bangu V.

Inicialmente a pesquisa estava direcionada para um simples estudo de caso sobre gestão no presídio Elisabeth Sá Rêgo, Bangu V, com o seu desenvolvimento, ele também passou a adotar o método de análise do discurso.

Por entender que a análise do discurso da gestora que transformou o presídio e também a minha experiência como profissional, como servidor contribuiria para uma proposta de melhoria desses sistemas prisionais de correção, optou-se então, como desdobramento analisar primeiro as falas, colocar as entrevistas nos apêndices, e como produto, desenvolver o aplicativo que tem a característica de informar e esclarecer o leitor sobre o trabalho realizado o processo de gestão prisional implementado, onde os inspetores penitenciários e o público em geral poderá obter informações sobre como foi realizado o trabalho dentro da unidade prisional, e também um caderno de gestão prisional, voltado para orientar os gestores a desenvolverem um trabalho de qualidade nas unidades prisionais.

Segundo nossa interpretação, Malu inovou na forma de humanizar a unidade prisional, orientando sua equipe sobre a importância da preservação do meio ambiente e das políticas ambientais que seriam implementadas. Essas políticas são amparadas por leis que estabelecem a obrigatoriedade de transformar o homem durante o cumprimento da pena restritiva de liberdade, de modo que ele tenha a oportunidade de manter a esperança de ter não somente uma vida melhor, mas modificar o ambiente

em que vive. Com efeito, no artigo 76 do Código Civil Brasileiro, em seu parágrafo único, lemos que:

“O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente; o do servidor público, o lugar em que exercer permanentemente suas funções; o do militar, onde servir, e, sendo da Marinha ou da Aeronáutica, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado; o do marítimo, onde o navio estiver matriculado; e o do preso, o lugar em que cumprir a sentença”, diante do exposto podemos afirmar que é considerado domicílio do apenado o local onde ele cumpre a sua pena”. (BRASIL, 2002)

O presente estudo teve início com uma entrevista de elite, com Malu, em que ela, como pessoa de notório saber sobre humanização do sistema prisional, com recurso à educação ambiental, é convidada a falar sobre o processo de mudança comportamental dos apenados pelo do cultivo de hortas e plantas no interior da unidade prisional.

Através da análise das falas de Malu, tivemos a oportunidade de mostrar como a aplicação das normas legais, influenciou nas políticas de melhoria da qualidade de vida, bem como na transformação do ambiente e na preparação dos apenados para seu reingresso ao convívio social.

Ao analisarmos o discurso de Malu, podemos observar que ela nos direciona a alguns princípios da Felicidade Interna Bruta da filosofia de Butão, um pequeno país próximo de Tíbet, onde se passou a medir não a economia, mais a felicidade dos seus moradores, com base em itens como: Bem estar, Saúde, Uso do tempo, Vitalidade Comunitária, Educação, Meio Ambiente, Governança, Padrão de Vida.

O resultado poderá ter uma influência no processo de modificação do comportamento da população carcerária, e da sua responsabilidade na preservação e melhoria da qualidade de vida, tendo como base a educação ambiental.

As políticas educacionais relativas ao meio ambiente, são pouco exploradas, no ambiente carcerário, seja por desconhecimento ou por falta de preparo. Pois, pequenas ações são capazes de modificar um comportamento enraizado há décadas e ainda hoje se refletem por uma questão cultural, devido à falta de informação sobre como preservar o meio ambiente e adotar práticas ambientalmente corretas, e que visam contribuir para uma mudança cultural, natural e tecnológico do meio ambiente.

A inovação na forma de organizar o ambiente e adequá-lo de forma a atender às necessidades da população carcerária ali ora residente, de forma que o cumprimento dos dispositivos legais vigentes não somente fossem respeitados, mais que pudessem ser admirados e premiados através de uma gestão de qualidade voltada para o aprimoramento pessoal, moral e intelectual, dos que estavam sob sua responsabilidade e tutela do estado.

A aplicação de princípios de humanização, na gestão prisional, passou a ter uma nova perspectiva através da implementação de práticas ambientais, auxiliada por um sólido processo de gestão, que modificou o meio ambiente transformando um lugar rústico em um espaço acolhedor. A tese deste trabalho é que a transformação de espaço, agreste, em lugar, de convívio atesta a favor da eficácia do tipo de gestão aqui

analisada.

A noção de meio ambiente e qualidade de vida, não está restrita apenas ao patrimônio natural. A disciplina jurídica comporta um conceito mais amplo, abrangente de toda a natureza original e construída, bem como os bens culturais, de molde a permitir o seguinte detalhamento: o meio ambiente natural, e constituído pelo solo, a água, o ar atmosférico, a fauna e a flora; o meio ambiente cultural, e integrado pelo patrimônio arqueológico, artístico, histórico, paisagístico e turístico; o meio ambiente construído é formado pelas edificações e equipamentos urbanos.

O espaço melhora por meio da preocupação com a melhoria da instalação, da manutenção, com a identificação das necessidades da unidade prisional, criando um espaço limpo, organizado, através de dedicado processo gerencial.

A transformação da característica da unidade na sua forma física com a inauguração da escola e do parlatório para visita íntima, possibilitou um maior comprometimento com “*nós fazemos tudo*”: o cuidado com as plantas, hortas e a minifazenda com diversos animais.

2.2 Direitos Humanos e o processo de humanização

No processo de construção do Plano Nacional de Direitos Humanos, observamos a tentativa de incorporação dos impactos do modelo de desenvolvimento em curso no país, sobre os direitos humanos. Dentre as propostas de mudança está o direito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, que foi incorporado pelo programa, não só como elementos necessários a conformação da conjuntura, mas como direitos humanos, a serem preservados.

2.2.1 A política do Plano Nacional de Direitos Humanos

A Política do Plano Nacional de Direitos Humanos possibilita a orientação de políticas a serem aplicadas em âmbito nacional, através de diretrizes, que referenciam o meio ambiente, o desenvolvimento sustentável, e a dignidade humana.

O processo de transformação da unidade prisional em ambiente agradável teve início com o atendimento às necessidades dos detentos, a construção da escola, o incentivo à leitura, as práticas agrícolas, com o plantio de ervas medicinais, legumes e frutas, os cuidados com os animais, tudo isso contribuiu para a mudança do comportamento da comunidade carcerária.

2.3 A preocupação ambiental

A preocupação ambiental é uma constante no sistema carcerário, em que o cultivo de hortas e plantas frutíferas, é capaz de transformar o ambiente hostil em acolhedor.

Em nível de legislação brasileira contamos com a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, na qual instituiu a Política Nacional

de Educação Ambiental; segundo ao Art. 1º: Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais os indivíduos e as coletividades constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo e a sustentabilidade (BRASIL, 2012b, p. 65).

A Lei de Execução Penal Brasileira (Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984) é considerada uma das mais completas do mundo, mas a sua maestria de normas e procedimentos não é colocada em prática. Ao atribuir ao Estado, a aplicabilidade da pena, castigando o indivíduo pelo ato ilícito praticado, em seu artigo 1º, dispõe: “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”.

O que falta na realidade é o comprometimento de todos, para que possa colocar em prática ações que procurem conscientizar e mostrar ao apenado que existe vida dentro e fora dos muros, que ele pode ter na sua casa uma horta seja ela horizontal ou vertical e consumir seus próprios alimentos, afinal a finalidade da pena não é somente punir o condenado, mas também ressocializá-lo.

A educação nos estabelecimentos penais é importante para criar condições e possibilidades aos apenados que se encontram distante do convívio familiar e da sociedade, pois é por meio da educação seja ela formal ou não formal que eles irão se sentir cidadãos capazes de mudar sua própria história, por, mas que eles tenham cometido muitos erros em sua vida eles devem ter a oportunidade de se reintegrar a sociedade e eles só irão alcançar esse objetivo com a educação escolar nas instituições prisionais. É por meio da educação que teremos a oportunidade de proporcionar aos apenados sua reinserção e ressocialização a sociedade. (SILVA, 2017).

A atividade pedagógica e intelectual da educação ambiental reconhece como fundamental o relacionamento entre saber e poder, pois o conhecimento potencializa ou confere poder. Ou, dito de outra maneira, toda forma de consolidação de poder nas relações sociais requer determinado grau de saber a respeito do ambiente. Na dimensão pedagógica que nos interessa, cabe endossar o conhecimento que permite visualizar a ampliação da democracia do campo político para o social, o cultural e o econômico, bem como a diminuição radical das desigualdades sociais.

Ainda segundo Leonardo Boff (2003), a base dessa mudança deve ser ética, fundada no pathos – sensibilidade humanitária, inteligência emocional – e no ethos – conjunto de inspirações, valores e princípios que orientarão as relações da sociedade com a natureza, dentro da sociedade, com o outro, consigo mesmo e com Deus. A Terra é compreendida como “novo patamar da realização da história”, como “totalidade físico-química, biológica, socioantropológica, espiritual, una e complexa” (BOFF, 2003: p.23).

A defesa da qualidade de vida não se esgota, assim, na proteção dos recursos ambientais naturais ou originais. Sua expressão é ampla, englobando todos os

aspectos naturais, culturais e artificiais ligados à sadia qualidade de vida”. (Ação civil pública movida pela Associação de Moradores e Amigos de Laranjeiras — AMAL. Código: PT-1003, p. 32.).

3 | CORRELAÇÃO ENTRE A PROPOSTA DE MALU E OS PRINCÍPIOS DA FELICIDADE INTERNA BRUTA

3.1 Bem estar

Ao analisarmos o bem estar no sentido psicológico, podemos notar uma mudança no comportamento por meio da elevação da autoestima e da diminuição do estresse, devido ao atendimento das necessidades básicas do interno como os atendimentos psicológicos, das assistentes sociais, do dentista, da enfermagem. O cuidado atua na diminuição do sofrimento e na conseqüente diminuição do desentendimento entre os inspetores e os apenados no interior da unidade.

3.2 Saúde

O processo de mudança de comportamento e postura dos internos, de como uma mudança nas condições de saúde e sanitárias, modificam hábitos culturais prejudiciais a saúde e às doenças de pele e até infectocontagiosas.

3.3 Uso do tempo

Os problemas precisam de uma resposta rápida, mas ela procurou utilizar o tempo da melhor forma possível, transformando a atividade laboral em lazer, por meio dos animais e da agricultura. Os animais se tornaram fonte de diversão para a família e as flores e hortas criaram uma agradável paisagem. Incorporar o hábito da leitura foi outra forma de interação com a informação e promoção de debates sobre, as atividades de manutenção da unidade.

3.4 Vitalidade comunitária

Ela aprendeu que não se ganha nada no grito, com ignorância e falta de respeito. O diálogo é a melhor forma de se ter uma boa convivência.

O resultado pôde ser observado, pois a disciplina e o respeito aos funcionários eram notórios, bem como a mudança do comportamento. Os internos recebiam um atendimento mais humanizado, e a cadeia se transformou em um lugar de bom convívio.

3.5 Educação

Na unidade, foi possível enfatizar a cultura da leitura, por meio da inauguração da escola e de uma biblioteca, onde os alunos aprendiam técnicas de interpretação, a

prática de canto em um coral religioso, que se apresentava em outras unidades, como forma de disseminar a cultura e uma nova perspectiva de vida.

Criou-se um curso de pintura, favoreceu-se a organização de festas dos pais, mães, crianças, como forma de promover a cultura não só entre os internos, mas entre as famílias e para o mundo externo. Até na câmara dos deputados foi possível apresentar a expressão cultural e artística realizada pelos internos.

3.6 Meio Ambiente – natural, cultural e construído

As mudanças eram visíveis, no interior e no exterior da unidade, por meio da pintura, do plantio de vegetais e árvores frutíferas, da criação de uma mini fazenda, transformando o ambiente hostil em um alegre, arborizado, em que os familiares se sentiam acolhidos.

3.6.1 Meio Ambiente construído - guaritas, escola, pinturas

Toda mão de obra era feita pelo preso, desde a construção, dos canteiros, da guarita. A escola foi toda construída com tijolos ecológicos, vindos de outra unidade e fabricados também pelos internos.

A unidade sofreu uma grande modificação na sua característica inicial, com as modificações estruturais e paisagísticas.

3.6.2 Meio Ambiente social – atividades em conjunto, uso dos cultivantes

Mudou-se o convívio social, dentro e fora da unidade, no tratamento dos internos com os familiares, com os inspetores e dos inspetores com os familiares e com os internos, e dos familiares para com os inspetores.

Os aspectos físicos das modificações eram um motivo de orgulho para os internos, pois proporcionava um bem estar aos familiares, que visitavam a unidade, e insistimos tudo era realizado pelas mãos dos próprios internos.

3.7 Governança

O trabalho realizado foi reconhecido através de prêmios de qualidade dos órgãos do executivo, legislativo e do judiciário, por ter alcançado o seu maior objetivo, humanizar para transformar.

3.8 Padrão de vida

Seguindo o conceito de que a casa do interno é o lugar onde o mesmo cumpre a sua pena, Malu fez uma verdadeira revolução, transformou a unidade inteira.

As transformações eram visíveis dentro e fora da unidade, do tratamento, da saúde, da assistência ao interno, da atenção às necessidades, na alimentação, na atividade laboral. O trabalho com o meio ambiente e os animais promovia melhoria na

qualidade de vida e maior preocupação ambiental.

4 | RESULTADOS DA ANÁLISE

4.1 As ações de Malu

- Buscou participação das famílias dos presos
- Conseguiu auxílio da COMLURB
- Pedia sementes e mudas no CEASA
- Recolhia sementes vencidas
- Trazia mudas de casa
- Comprava animais com o próprio dinheiro.
- Distribuía os produtos para os guardas e famílias dos internos.
- Buscou recursos e montou uma escola.
- Criou capital permanente
- Cuidou da estética e do conforto de todos
- Controlou a qualidade da alimentação;

4.2 – As ideias de Malu

- Educar os inspetores para ressocialização
- Construir com elogio – filhos, mães, visitantes
- Amar o verde
- Conseguiu a participação dos presos
- O guarda tem mais problemas que o preso
- O guarda é o pára-raio do presídio
- O perfil do gestor é construtivo
- O que se faz com amor vai para frente.

5 | CONCLUSÃO

O desafio de organizar e transformar aquele ambiente degradado pela violência e animosidade entre os internos e inspetores, bem como funcionários da parte administrativa, que não se debruçavam em busca de uma mudança.

A análise do discurso da doutora Malu, faz referências as suas ideias e apresentam uma contribuição relevante para os interessados nas questões de gestão de agentes

penitenciários e de gestores de presídios, com efeito elas revelam uma nova concepção das capacidades humanas de regeneração e de reorganização mental e de atividades de convívio.

REFERÊNCIA

BARDIN, L.(2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.

BOFF, L. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. São Paulo: Ática, 1996. _____. **Ethos mundial**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

BOFF, LEONARDO. **Civilização planetária: desafios à sociedade e ao cristianismo**. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2003.

BRASIL. **Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, na qual instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>. Acessado em 30/07/2012b.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)** / Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - - ver. e atual. - - Brasília : SEDH/PR, 2010

FREIRE, PAULO. **Conscientização; teoria e prática da libertação; uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FOUCAULT, MICHEL. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

GADOTTI, M. “Pedagogia da Terra: **Ecopedagogia e educação sustentável**”. In: Torres, C.A. (Org.) Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

GUTIÉRREZ, F. & PRADO, C. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. São Paulo: Cortez, 2000.

KUHENE, Maurício. **Lei de Execução Penal Anotada**. 11. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá , 2013.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL : Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984 : **institui a Lei de Execução Penal**, – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2008. 121 p. – (Série Legislação ; n. 11)

LEITE, JOSÉ RUBENS MORATO; AYALA, PATRYCK DE ARAÚJO. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**: teoria e prática. 2014.

SILVA, ANA; ALBUQUERQUE, ANDREIA. **A Educação no Cárcere**. Susipe - Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará. Disponível em: www.susipe.pa.gov.br/. acesso em: 08/05/2017.

SOBRE O ORGANIZADOR

GUSTAVO BISCAIA DE LACERDA é Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2010), Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR, 2004) e Bacharel em Ciências Sociais pela UFPR (2001); entre 2012 e 2013 realizou estágio pós-doutoral em Teoria Política na UFSC. Desde 2004 é Sociólogo da UFPR. Suas principais áreas de atuação consistem em teoria política republicana; história das idéias; história política brasileira; pensamento político brasileiro; positivismo; políticas públicas e gestão universitária. Acesso ao currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7429958414421167>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Autonomia financeira 1

C

Cargos de liderança 200

Cidadania 30, 41, 70, 124, 165, 231, 232, 253, 259, 260, 348, 380, 397, 411, 416, 418, 430

Condicionamento 1

Consumo 287, 299

Criança e adolescente 375

D

Demandas Sociais 380, 404

Democracia 29, 123, 261, 322, 328, 334, 352, 392, 418

Desenvolvimento Socioeconômico 126

Direitos Humanos 6, 31, 43, 50, 51, 55, 65, 66, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 177, 229, 230, 231, 254, 257, 260, 261, 264, 300, 305, 315, 320, 329, 374, 379, 416

Drogas 300, 302, 303, 305, 307, 309

E

Educação 25, 26, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 79, 80, 81, 125, 138, 177, 180, 181, 185, 186, 189, 199, 218, 219, 220, 227, 228, 229, 231, 232, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 269, 281, 311, 314, 316, 317, 320, 379, 416

F

Federalismo 1, 3, 5, 12

G

Gênero 190, 218, 219, 220, 222, 230, 231, 379

H

Humanização 311, 349, 350

I

Identidade 182, 220, 230, 231

Integridade Física e Psíquica 232, 234, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280,

281, 282, 283, 284, 285

L

legitimidade 10, 21, 32, 302, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 362, 364

M

Meio ambiente 335

Mercado de trabalho 190, 205

Mulheres 41, 76, 199, 200, 203, 206, 211, 218, 232, 253, 255, 259, 260, 369, 379

P

Pobreza 126, 136, 137, 153

Política Pública Protetiva 253, 254, 255, 256, 257, 259, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285

Política Social 13, 124

Proteção Animal 232

R

Responsabilidade Socioambiental 335, 341, 342

S

SUS 9, 309, 310, 349, 350, 351, 352

Sustentabilidade 335, 347, 348

V

Violência Humana 232

Violência sexual 365

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-528-0

